

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.347 - PA (2019/0358604-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : CLEZIO RIBEIRO RODRIGUES
ADVOGADO : LEONARDO BRAGA DUARTE - PA028326
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CLEZIO RIBEIRO RODRIGUES – preso preventivamente pela suposta prática de crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006 e no art. 244-B da lei 8.069/1990 – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no julgamento do HC n. 0807819-27.2019.8.14.0000, que denegou a ordem postulada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 120/121):

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ARTS. 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/2006 E ART. 244-B DA LEI Nº 8.069/1990. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA PROVAS E EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS (PRIMARIEDADE, PROFISSÃO LÍCITA, RESIDÊNCIA FIXA). NÃO CONHECIMENTO. OBJETO DE OUTROS NO DISTRITO DA CULPA HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. INCABIMENTO. MANUTENÇÃO ILEGAL DA PRISÃO. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP. PEDIDO DE EXTENSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO A CORRÊ MEIRE PALMEIRAS ALVES. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL DISTINTAS. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E NA PARTE CONHECIDA, DENEGADA, NOS TERMOS DO VOTO DA DESA. RELATORA. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Não se conhece da ordem impetrada, quando já foi objeto de outros , em que a matéria já foi decidida habeas corpus ;*
- 2. Quanto ao excesso de prazo alegado, conforme informações prestadas pelo Juízo , a audiência de instrução e julgamento já fora realizada, a quo estando neste momento aguardando cartas precatórias de oitiva das testemunhas e interrogatório do réu, a fim de encerrar a instrução probatória, bem como que o Ministério Público interpôs correição parcial contra decisão que indeferiu o pedido de nova designação de audiência., não havendo, assim, o excesso de prazo apontado, pois o feito se*

encontra em regular tramitação;

3. A alegação de que a manutenção da prisão é ilegal, já que não se fazem presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, verifiquei a quando das informações da autoridade coatora que na data de 12.09.2019, foi analisado novo pedido de revogação da preventiva em 1º grau, tendo aquele Magistrado mantido a prisão do paciente, pois persistentes os motivos ensejadores da segregação, qual seja, a garantia a ordem pública;

4. Quanto ao pedido de extensão do benefício concedido a ré MEIRE PALMEIRAS ALVES, em relação a conversão da preventiva em domiciliar, também não merece prosperar, pois conforme ponderado pelo digno Procurador de Justiça, “(...) a situação fático-processual do paciente é distinta da corré, pois este, supostamente, seria o fornecedor das drogas para não se aplicando, portanto, o disposto no art. 580 do revenda pela corré (...)”, CPP.

5. Ordem de Habeas Corpus conhecida em parte e na parte conhecida, denegada, nos termos do voto da Des. Relatora.

A defesa alega, em síntese, que há excesso de prazo na formação da culpa, destacando que a própria relatoria do writ prévio reconheceu que o andamento da ação penal não apresenta a celeridade desejada.

Afirma que a demora no processamento da ação não pode ser atribuída à defesa.

Sustenta que não há fundamento idôneo e concreto hábil a justificar a manutenção da prisão preventiva.

Ressalta que não há elementos probatórios mínimos de que o paciente tenha praticado os delitos imputados.

Aponta condições pessoais favoráveis ao paciente.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente, com a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, se necessário.

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

De plano, verifico que nesta Corte houve prévia impetração do HC n. 547.567/PA, em favor do ora recorrente, requerendo igualmente a revogação da prisão preventiva do réu com as mesmas alegações ora apresentadas.

No referido *mandamus*, foi indeferido o pedido liminar apresentado, bem como foi determinada a solicitação de informações e a oitiva do Ministério Público Federal.

Assim, por se tratar de mera reiteração, o presente recurso não pode prosseguir.

A respeito:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO (HC N. 316.928/GO). INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Deve ser mantida por seus próprios fundamentos a decisão monocrática que negou seguimento ao writ, porquanto a questão relativa ao excesso de prazo na formação da culpa já foi objeto de apreciação por parte deste Tribunal Superior, quando da impetração do HC n. 316.928/GO, de minha relatoria, cuja liminar foi indeferida em 24/2/2015 e cujo julgamento está designado para a data de 1º/9/2015.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no RCD no HC n. 329.224/GO, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 22/9/2015).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente recurso em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator